

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

No mês de Dezembro último, o Comité Central do Partido reuniu para discutir alguns importantes problemas ideológicos da actividade e da vida interna do Partido, assim como algumas das mais prementes questões da Organização partidária. Sobre os primeiros o Comité Central discutiu as experiências do trabalho de direcção do P.C.P. e aprovou um documento que será brevemente publicado: «A TENDÊNCIA ANARCO-LIBERAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE DIRECÇÃO», elaborado pela Comissão Política; sobre as segundas foi apresentado em nome do mesmo organismo pelo camarada Amílcar, um relatório intitulado «TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO».

NA discussão do primeiro documento, o Comité Central concluiu pela existência na organização do trabalho de Direcção do Partido, no período de 1956/60, duma tendência anarco-liberal que afectou gravemente a actividade geral e a vida interna do Partido. O documento da Comissão Política, depois de definir o centralismo democrático nas condições da ditadura fascista, mostra como a raiz do combate ao centralismo excessivo, que caracterizou a actividade do Partido no período de 1949/55, e por uma errada compreensão das discussões e conclusões do XX Congresso do PCUS, surgiu e se desenvolveu no trabalho de Direcção do Partido tendências objectivamente revisionistas que levaram ao cometimento de graves infracções aos princípios do centralismo democrático. O desenvolvimento de tal tendência conduziu à desautorização do Secretariado do CC, como organismo executivo do CC, em nome duma falsa autonomia e dum democratismo alheio ao Partido do proletariado. A tendência anarco-liberal dirigia-se objectivamente contra a disciplina e a unidade do Partido. Sob o seu impulso geraram-se no Partido ideias pequeno-burguesas de «nivelamento» e «igualitarismo» dos quadros com o seu desenvolvimento coerente — o «rotativismo» no trabalho de direcção.

Por influência dessa tendência transpôs-se mecânicamente para o Partido Comunista Português, em relação aos seus quadros mais destacados, o «culto da personalidade» justamente combatido e discutido pelo PCUS. No nosso Partido, ao contrário do que foi concluído anteriormente, não se observaram as manifestações que definem e caracterizam o «culto da personalidade». Sob esta errada noção, a história do Partido e a acção dos seus mais destacados dirigentes foram deformados e uma guerra anarquizante foi movida ao prestígio e à popularidade de alguns desses dirigentes.

A discussão destes problemas pelo Comité Central e por todo o Partido contribuirá para o reforçamento dos princípios do centralismo democrático e do nível ideológico de todo o Partido. O documento «A TENDÊNCIA ANARCO-LIBERAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE DIRECÇÃO» deve ser atentamente estudado e discutido em todo o Partido.

No relatório do Camarada Amílcar sobre «TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO» é dado um balanço das principais deficiências do nosso trabalho de organização e coloca as tarefas fundamentais neste capítulo. Na raiz do abandono da organização está a concepção da desagregação irreversível do regime fascista que levou ao culto da espontaneidade em matéria de organização. Esta é a causa fundamental da estagnação e retrocesso actualmente verificados na organização do Partido. O relatório aponta como devem ser actualmente resolvidas as principais tarefas da organização e para onde deve ser dirigido o esforço maior do Partido.

No presente número de «O MILITANTE» são publicadas as resoluções do Comité Central sobre tarefas de organização e a imprensa do Partido, resoluções que resumem a discussão e que devem merecer o estudo de todos os militantes e organizações do Partido com vistas à sua aplicação segundo as condições concretas da sua actividade.

A batalha pelo reforço do centralismo democrático e do trabalho de organização deve ser travada e ganha por todo o Partido para que ele possa resolver as difíceis tarefas que tem de enfrentar como vanguarda da classe operária na luta pelo derrubamento do salazarismo.



RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO

Na sua reunião extraordinária de Fevereiro do ano corrente, o C. C. resolveu constituir a Comissão de Organização e inscrever na ordem de trabalhos da sua próxima reunião regular a apresentação do balanço da actividade de organização pela Comissão de Organização, Comissão Política ou Secretariado. Em execução dessa Resolução teve lugar uma reunião da Comissão de Organização, na base dos resultados da qual a Comissão Política considerou as deficiências da organização e tomou (em Setembro de 1960) uma Resolução em que considerou a situação da organização e tendências negativas neste domínio de actividade e definiu as tarefas fundamentais de organização na situação presente: a) correcção de concepções políticas que conduziram ao menosprezo pelo trabalho de organização; b) tratamento regular dos problemas de organização na imprensa do Partido e em todos os escalões; c) alargamento da organização do Partido; d) estruturação orgânica com trabalho colectivo regular dos organismos criados; e) recrutamento; f) melhor conhecimento, selecção, educação e promoção de quadros; g) formação e continuidade dos organismos de unidade, que poderão ser para muitos trabalhadores um estágio para admissão no Partido.

O C. C. confirma serem estas as tarefas fundamentais do Partido no terreno da organização no momento presente e salienta a necessidade de em todos os escalões do Partido ser obrigatoriamente discutida essa Resolução da Comissão Política, bem como a presente Resolução do C. C.

Na base da presente Resolução, deve travar-se no Partido um amplo debate que conduza à adopção em todos os escalões de medidas práticas, com o objectivo de realizar a orientação agora traçada. Os organismos de direcção regional, logo que o problema comece a ser debatido nos seus sectores, devem enviar ao Secretariado do C. C. um relato dos debates e das conclusões e medidas encaradas.

I — Menosprezo pela organização e desvios na orientação política

1 — Sem organização não pode haver Partido. A extensão da organização do Partido, as suas posições nos centros industriais e urbanos assim como nos campos, o número de membros do Partido, o seu enquadramento em organismos colectivos, o funcionamento regular desses organismos, são o melhor índice da força do Partido e das suas possibilidades duma actuação política em larga escala. O desenvolvimento da organização, o seu alarga-

mento, consolidação e estruturação, o recrutamento de novos membros, o melhoramento do trabalho colectivo dos organismos, o apuramento do controle, são tarefas fundamentais, que devem constituir preocupação constante de todos os escalões do Partido. As questões de organização são um aspecto do trabalho, indissolúvelmente ligado a toda a actividade do Partido e as tarefas de organização acompanham necessariamente a realização de quaisquer outras tarefas.

2 — Apesar da importância capital da organização do Partido, há muitos anos tem sido sistematicamente menosprezado o trabalho de organização. As questões de organização deixaram de ser normalmente discutidas nos vários escalões, não aparecendo na agenda do C. C. durante anos seguidos. A imprensa do Partido (incluindo «O Militante») deixou quase por completo de abordar as questões de organização e de dar consignas de organização. Durante anos, ou não se verificaram ou se perderam experiências novas de trabalho de organização, não se renovando processos e soluções apesar das mudanças nas condições existentes. A generalidade dos quadros de Direcção desinteressou-se dos problemas de organização. Na prática corrente do trabalho do Partido, as questões de organização passaram a ser vistas como um problema aparte, «independente», podendo ser considerado apenas a título excepcional.

3 — O menosprezo pelo trabalho de organização filia-se em concepções políticas incorrectas. Especialmente a partir de 1956, uma falsa estimação das mudanças da correlação de forças no plano nacional levou a esquecer-se a natureza do fascismo, e a acreditar-se num súbito desequilíbrio a favor das forças democráticas e numa desagregação progressiva, rápida e irreversível do estado fascista, com duzindo à queda pacífica e a curto prazo do governo de Salazar. Definiu-se a «decomposição do regime» como o factor decisivo para a solução do problema político português e foi-se assim conduzido à crença num certo automatismo da queda do fascismo, bem como ilusões legalistas e golpistas. Essas concepções, que constituem um desvio de direita, representam, objectivamente, uma subestimação do papel da classe operária e do seu Partido no movimento nacional democrático e a aceitação neste movimento da hegemonia da burguesia liberal e das forças conservadoras que se separaram do fascismo. Tais concepções não podiam deixar de ter fortes reflexos na teoria e na prática da organização do Partido. Um dos seus aspectos mais significativos

foi o menosprezo do trabalho de organização.

4 — Esse desvio na orientação política do Partido explica por que, não só foi subestimado o trabalho de organização, como a Direcção do Partido, ao longo dos anos, ocultou sistematicamente ao Partido a situação real no domínio da organização, afirmou repetidas vezes a existência de progressos inexistentes, não referiu insucessos e recuos, exagerou pequenos êxitos, e deu repetidas vezes da situação partidária um panorama geral optimista, que o estado real da organização de forma alguma autorizava. Uma visão optimista divorciada da realidade infiltrou-se em toda a actividade partidária, sobrestimando-se as próprias forças, exagerando-se os êxitos, ocultando-se os reveses, atribuindo-se ao Partido o sucesso de movimentos espontâneos, considerando-se que alimentar em palavras a força do Partido era suficiente para assegurar a este o seu papel no movimento democrático. Não só se tomaram os desejos por realidades, como se julgou que a força real se ganha por se afirmar repetidas vezes que se é forte. Uma tal orientação impediu de dar toda a importância às debilidades da organização e de encarar com a necessária seriedade as formas de rectificá-las. Ela explica em larga medida o prolongamento ao longo dos anos duma situação organizativa que não corresponde de forma alguma às condições objectivas existentes, sem que se encarassem medidas para lhe pôr termo.

5 — Para que o trabalho de organização se torne de facto uma tarefa constante de todo o Partido, para que desapareça o menosprezo pelo trabalho de organização, uma primeira condição é a correcção do apresentado desvio de direita e a educação de todos os militantes na ideia de que o derrubamento do fascismo não é tarefa fácil, que ele não resultará da simples evolução das condições objectivas, antes dependerá fundamentalmente da acção das forças democráticas e, em especial, da acção do Partido Comunista, cujo poder depende em parte decisiva da força da sua organização. Sem uma organização incomparavelmente mais forte do que o Partido actualmente possui, sem um número muito superior de militantes e o seu desenvolvimento político, sem o preenchimento dos grandes «brancos» no mapa e na indústria, sem a organização devidamente estruturada e com funcionamento regular, o Partido pode ser ultrapassado pela espontaneidade do movimento popular e pela acção política dirigente de outras forças políticas e não estará em condições de cumprir a sua tarefa histórica imediata: desempenhar um papel determinante no derrubamento da ditadura fascista.

2 — Balanço da situação: retrocessos e estagnação

1 — Os efectivos do Partido conservam-se sem

oscilações de muito há cerca de 8 anos, não se acusando no recrutamento ou no alargamento e consolidação da organização reflexos nitidos da situação política. O atraso da organização do Partido em relação à radicalização política das massas e ao alargamento dos movimentos espontâneos é uma das características fundamentais da situação partidária actual. Apesar de os últimos anos apresentarem condições particularmente favoráveis para o desenvolvimento da acção política do Partido, o número de membros do Partido corresponde presentemente menos de um quarto do máximo verificado na vida clandestina do Partido. O grave retrocesso da organização em relação a períodos anteriores da vida do Partido e a estagnação da organização de há muitos anos a esta parte representam um real enfraquecimento, que se reflecte nas dificuldades de acção política do Partido.

2 — A organização apresenta, no conjunto do país, gravíssimas lacunas. Há distritos com os quais existem apenas ligações dispersas; há importantes cidades e vilas e centros e ramos industriais onde não existe organização. Regiões onde já existiram organizações do Partido com algumas centenas de militantes encontram-se reduzidas a escassas dezenas. Salvo casos muito raros a estagnação revela-se por toda a parte. Há grandes fábricas e empresas onde apenas existem, há já longo tempo, um ou dois membros do Partido, o mesmo sucedendo noutros sectores e em importantes localidades. Tanto em extensão como em profundidade, a organização apresenta graves debilidades, cuja importância deve ser salientada no trabalho corrente, com vistas à sua rápida rectificação.

3 — Não só os efectivos do Partido são presentemente muito baixos, não só há grandes «brancos» no mapa e na indústria, como, a agravar a situação, a organização não está, duma maneira geral, estruturada. Salvo alguns casos, não existem organismos de direcção regional, são muito poucos os comités locais, e a grande maioria das células não tem qualquer trabalho organizado. À falta duma estrutura orgânica, todo o trabalho do Partido se desenvolve na base de ligações e contactos individuais, que constituem, presentemente, o aspecto mais característico da organização partidária.

4 — A situação geral da organização do Partido (com o reduzido número de membros, a pequena extensão da organização e a falta de estrutura), agravada pela fraca actuação política das organizações de base, conserva o Partido isolado da grande massa dos trabalhadores portugueses e do povo português em geral, limita e reduz a sua influência e prejudica, até ao ponto de impedir, a sua acção directiva no plano nacional.



3 — Alargar a organização e recrutar largamente

1 — A inexistência de organização do Partido em numerosas cidades e vilas, assim como em importantes centros industriais e regiões agrícolas impede o Partido de cumprir as suas tarefas, isola o Partido de amplas camadas da população portuguesa e priva milhões de portugueses da acção de esclarecimento, da ajuda efectiva, da experiência e da actuação dirigente do Partido do proletariado. O alargamento da organização do Partido é uma tarefa inadiável que se coloca ante todos os organismos de direcção e de base.

2 — A vida rotineira da maioria das organizações do Partido, limitando-se a manter as ligações e a distribuir imprensa, tem entravado, o alargamento da organização. Muitos camaradas esqueceram completamente ser seu dever abrir ao Partido possibilidades de organização em locais diversos daquele onde estão organizados. A compreensão da importância dessa tarefa e a diligência na sua realização tornam possível que cada organização e membro do Partido arranje novas ligações para novas localidades e empresas. O alargamento da organização do Partido depende de que em todo o Partido se compreenda tratar-se duma tarefa de todos e de cada um dos militantes e organizações.

3 — Nos casos de organizações locais mais fortes e consolidadas, podem formar-se, com camaradas desses locais destacados especialmente para esse efeito, Comissões Organizadoras regionais com a tarefa específica e exclusiva de desenvolver (com o auxílio de toda a organização local, que para isso deve dar indicações por via do Comité Local) a organização fora da localidade, arrançando, verificando e assegurando ligações para novas localidades. Para que possam realizar com sucesso esta tarefa, ela deve ser colocada a toda a organização local, de forma a que todos os membros do Partido abram possibilidades ao trabalho da Comissão organizadora regional.

4 — No trabalho de alargamento da organização, os organismos de direcção regional devem escalar e planificar as tarefas, não pretendendo atingir tudo ao mesmo tempo, tendo sempre o cuidado de consolidar as organizações que vão criando e valorizando as possibilidades que, pela importância da localidade, empresa ou classe, ou pelas características das novas ligações, mereçam especial atenção.

5 — O recrutamento para o Partido deve ser uma preocupação constante de todas as organizações. Interessa em particular recrutar para o Partido os trabalhadores que se destacam pela sua acção nas lutas em defesa dos interesses da sua classe, pela sua honradez e pela lisura da sua conduta. Urge ven-

cer o desinteresse a que a maior parte das organizações tem votado para o trabalho de recrutamento. Sem um recrutamento constante, a organização do Partido envelhece e perde a vitalidade. O recrutamento de novos membros para o Partido é tarefa de todas as organizações e de cada um dos seus membros.

6 — Muitas organizações apresentam um número de simpatizantes muito elevado para um pequeno número de militantes. No total nacional, o número de simpatizantes que regularmente apoiam e auxiliam o Partido ligados às suas organizações de base é mais do duplo do número de membros do Partido. O facto de, durante prolongados períodos que chegam a atingir anos, se manter o mesmo elevado número de simpatizantes à volta do mesmo número restrito de membros do Partido, acusa a falta de trabalho político das organizações junto dos simpatizantes, o seu desprezo pelo recrutamento, o seu efectivo trabalho fechado e sectário. A maior parte dos simpatizantes do Partido está em condições de, convenientemente ajudados, se tornarem rapidamente membros do Partido. O recrutamento para o Partido dos simpatizantes e a sua integração em organismos é uma tarefa imediata que se coloca a todo o Partido.

7 — Os esforços para alargar a organização e intensificar o recrutamento não devem levar a afrouxar a vigilância revolucionária, antes exigem que ela se torne mais apurada. As organizações ou membros do Partido devem sempre saber quem são os novos membros do Partido que por seu intermédio são ligados, conhecer a opinião que sobre eles têm os seus companheiros de trabalho, saber da sua conduta profissional, familiar e cívica. Tem de existir o mais rigoroso cuidado para que, por recrutamentos ou ligações precipitados e pouco vigilantes, não se infiltrem no Partido agentes do inimigo ou elementos sem condições para pertencerem à vanguarda do proletariado.

4 — Uma batalha inadiável: pela estruturação do Partido

1 — A falta de estruturação orgânica tem consequências altamente nocivas para o Partido, designadamente: prejudica o desenvolvimento da organização; prejudica a realização das tarefas políticas e a movimentação de massas; põe em perigo a segurança dos funcionários do Partido e do aparelho central; dificulta o conhecimento, a revelação, o desenvolvimento, a selecção, a educação e a promoção dos quadros; afecta o trabalho político do C. C. e o progresso político e a segurança dos seus membros; ocasiona graves dificuldades quando da mudança dos controladores. Sem uma estrutura orgânica à escala nacional, sem o trabalho colectivo em todos os escalões, podem

dar-se «arranques» ou «puxões» à custa do esforço dos funcionários do Partido (muitas vezes pagos com perdas irreparáveis), mas nunca conduzir uma ampla, metódica e bem sucedida acção política. A estruturação orgânica do Partido é uma necessidade, de inadiável solução, para a continuidade do trabalho e o desenvolvimento da organização, para a intensificação do movimento de massas, a realização das tarefas políticas do Partido, a segurança dos militantes e em particular do aparelho central, o conhecimento, selecção e promoção de quadros e a elevação do nível do trabalho de direcção.

2— Por todas as suas consequências nocivas, a falta de estruturação é um mal que deve ser corrigido com brevidade. Se, em alguns casos, porque se contam apenas membros do Partido isolados, não é possível criar de momento qualquer organismo, na generalidade dos casos, embora não existam núcleos de camaradas muito numerosos, é possível, de uma forma ou de outra, iniciar a estruturação. Em todas as organizações do Partido há militantes sérios, corajosos e capazes de se desenvolverem rapidamente como quadros do Partido no trabalho corrente de organismos.

3— A estruturação do Partido é muitas vezes prejudicada pelas sucessivas substituições dos camaradas chamados a comités locais, secretariados de células, etc. Tais substituições resultam com frequência de promoções apressadas e inconsideradas, da impaciência dos controladores perante as dificuldades dos camaradas promovidos e da falta de auxílio prestado a estes. Para que a estrutura orgânica se desenvolva com rapidez e segurança é necessário conhecer anteriormente e convenientemente os quadros chamados aos organismos e prestar-lhes uma assistência política atenta e diligente na execução das suas novas tarefas.

4— A rotina e viciação nas ligações individuais (que partem em grande parte dos funcionários do Partido, incluindo membros do C.C.) oferecem hoje um dos mais sérios obstáculos à estruturação do Partido. Tal estilo de trabalho, fruto de tendências individualistas e anárquicas, tem de ser severamente combatido no terreno ideológico, orgânico e de quadros. A estruturação do Partido é uma verdadeira «batalha» que todo o Partido tem de travar e vencer.

5— A constituição de organismos deve ser acompanhada pelo esforço para que estes organismos tenham uma actividade regular. A estruturação do Partido exige, tanto a constituição de organismos, como a sua vida política regular e o seu trabalho colectivo.

5 — Conhecimento, selecção e promoção de novos quadros

1— Da falta de estruturação da organização do Partido, do tipo predominante de ligações individuais, da falta de vida política e de trabalho colectivo, resulta um deficiente conhecimento dos quadros e enormes dificuldades para a sua educação política e progresso. O desconhecimento dos quadros do Partido por parte dos responsáveis dos sectores é quase total. Apesar de muitas das organizações do Partido terem hoje a mesma composição que tinham há já muitos anos, apesar de haver nas organizações locais e de base do Partido muitos camaradas com longos anos de Partido, apesar de se travarem importantes lutas de massas, presupondo a existência de bons quadros que as dirigem, a Direcção do Partido (incluindo os responsáveis de sectores) ignoram quase completamente esses quadros, as suas características, a sua evolução, as suas provas e, na maior parte dos casos, a sua própria existência. Daqui tem resultado o fraco desenvolvimento dos quadros, a raridade das promoções e a escassez alarmante de quadros jovens qualificados.

2— Os quadros não nascem feitos, nem podem revelar fora da actividade corrente do Partido todas as suas possibilidades. É na participação em organismos do Partido e na execução regular de tarefas num ambiente de trabalho colectivo, que os quadros mostram o que valem, se desenvolvem, podem dar a conhecer as suas qualidades. O melhor juízo sobre os quadros não pode resultar do que eles dizem, mas sobretudo do que eles fazem na prática. Deixar as organizações e os membros do Partido sem quaisquer tarefas é forçá-los à estagnação, ao amolecimento, à perda de combatividade, ao possível desinteresse pela acção do Partido. Dar tarefas aos membros do Partido e acompanhá-los na sua execução é a melhor forma de os conhecer, de os poder auxiliar e de poder aproveitar no interesse do Partido as suas reais qualidades.

3— A existência de quadros com vida legal, enquadrados em organismos locais e de base com trabalho colectivo regular, acompanhados de perto pelos organismos superiores, não é apenas decisiva para realizar a linha do Partido; é também decisiva para o conhecimento e desenvolvimento dos quadros do Partido em geral e para a ampliação, renovação e desenvolvimento dos seus quadros dirigentes em particular.

4— A escassez de jovens quadros operários qualificados resulta, em grande parte, das debilidades da organização operária e da falta da sua estruturação nos grandes centros industriais. Sem o traba-



lho de organização regular, sem a estruturação e funcionamento dos organismos intermediários e de base (em especial das células de empresa), sem a vida política desses organismos, não será possível o conhecimento, selecção e promoção dos melhores quadros operários, tarefa decisiva para o progresso geral do Partido e para assegurar a continuidade da sua acção e a renovação e revigoração dos seus quadros dirigentes.

5 — A educação política dos quadros é um aspecto muito importante da formação, desenvolvimento e elevação da consciência política, da combatividade e da firmeza dos militantes. O bom trabalho político da Direcção Central, o nível teórico da imprensa do Partido, a edição de materiais políticos, a discussão corrente e obrigatória em todo o Partido dos documentos e artigos fundamentais, a realização de cursos e de reuniões de quadros são essenciais para a educação política dos militantes. Não se devem deixar perder os quadros num trabalho rotineiro sem perspectivas, antes criar condições para que os quadros que se destacam recebam do Partido toda a ajuda para o seu desenvolvimento político.

6 — O bom conhecimento, selecção e promoção de novos quadros é uma necessidade para o progresso geral da organização e da acção política do Partido. Um esforço decidido deve ser feito para vencer as deficiências nesta matéria.

6 — O papel dos funcionários do Partido

1 — Ao corpo de funcionários do Partido se deve, em grande parte, a continuidade da acção do Partido, apesar dos sucessivos golpes da repressão fascista. A existência dum corpo de funcionários do Partido provados na luta contra a ditadura fascista e experimentados na acção clandestina, continua a ser uma necessidade vital para o Partido. Um esforço deve ser feito para fortalecer o corpo de funcionários através da selecção mais cuidada de quadros forjados na organização do Partido e nas lutas de massas e do decidido auxílio para o seu desenvolvimento político. O corpo de funcionários deve tornar-se um corpo de militantes de indefectível dedicação ao Partido, de elevado espírito de classe, que em todo o Partido dêem exemplos de devoção, firmeza, simplicidade e elevada moral.

2 — Concepções políticas relativas ao fácil e pacífico derrubamento da ditadura fascista a curto prazo resultante da sua «desagregação irreversível», bem como ideias «niveladoras» pequeno-burguesas da tendência anarco-liberal nos problemas de organização e de quadros, conduziram, nos anos de 1956-59, à ligeireza nas promoções ao quadro de

funcionários, à menor vigilância sobre a sua conduta, à aceitação passiva de actos incorrectos, a concepções e práticas de «aburguesamento» e «profissionalismo», a condescendências para com faltas graves de carácter, ao apreço pelo servilismo, ao «carreirismo» dos funcionários, — situação essa em que foi possível a introdução nos quadros de funcionários de elementos débeis e corrompidos e a consequente grande série de traições desses elementos, quando presos pela polícia fascista. A rectificação dessas concepções políticas, bem como a rectificação da política de quadros que as acompanhou, exigem um persistente trabalho educativo junto dos funcionários, no sentido de os forjar como militantes profundamente ligados à classe operária e ao campesinato, firmes, corajosos, dispostos a sacrifícios, simples nos hábitos e no trato, correctos e dignos na sua conduta pessoal e familiar. O desenvolvimento e o prestígio do Partido dependem, largamente, da consideração que, pelo seu trabalho e pela sua conduta, os funcionários do Partido inspiram às organizações de base.

3 — O trabalho de funcionários do Partido é requerido, não apenas na constituição dos organismos superiores de direcção e aparelhos técnicos respectivos, como para a criação de novas organizações e o desenvolvimento de organizações atrasadas. Entretanto é uma tendência prejudicial substituir com o trabalho de funcionários os organismos intermediários e de base, constituídos por camaradas com vida legal. Uma tal tendência, que está fortemente enraizada no Partido, constitui um verdadeiro vício no trabalho, tem conduzido ao predomínio das ligações individuais dos funcionários e tem prejudicado o desenvolvimento da organização dos quadros e toda a actuação política do Partido. Quando uma tal tendência se torna predominante, os funcionários, de impulsionadores da organização, convertem-se em obstáculos ao seu desenvolvimento.

4 — Dentro dessa tendência, pretende-se em algumas organizações ultrapassar as dificuldades de estruturação através de novos funcionários. Uma organização com 200 membros e que já dispõe de dois funcionários (que mantêm ligação individual, uma por uma, com todas as organizações do sector) reivindica um terceiro; uma organização local com 50 membros e trabalho relativamente estruturado reivindica um. O aumento do número de funcionários em tais condições, longe de constituir um auxílio às organizações, serviria para acentuar tendências negativas e para dificultar o progresso das organizações e dos seus quadros.

5 — Os funcionários do Partido não podem nem devem substituir a estrutura e funcionamento dum ampla organização à escala nacional, antes de-

7
vem ser os principais promotores e realizadores dessa estruturação e do trabalho colectivo em todos os escalões.

6—Embora, em certos casos, o Partido deva auxiliar alguns sectores com funcionários e recursos, deve trabalhar-se no sentido de que em cada sector sejam recrutados os funcionários necessários (com a aprovação antecipada do Secretariado do C. C.) e sejam estes mantidos financeiramente com os recursos do próprio sector.

7 — Importância decisiva das organizações de base

1—Toda a influência de massas do Partido e a realização das suas tarefas políticas depende da actividade das organizações de base. É profundamente errado supor que a estruturação do Partido é satisfatória apenas porque estão formados comités regionais e locais. A estruturação orgânica das células de empresa e restantes organizações de base não é menos importante. A ligação do Partido com a classe operária, os camponeses, a intelectualidade e as massas em geral, a direcção das lutas, a recolha das experiências das massas, só através de organizações de base convenientemente estruturadas podem ser convenientemente realizadas. As células devem ser os organismos mais vivos da actividade do Partido. Da sua estrutura e funcionamento regular dependem a direcção justa da classe operária e das massas e a realização da linha política do Partido.

2—As organizações do proletariado industrial têm uma importância determinante na vida e na actividade geral do Partido, vanguarda e estado-maior do proletariado. A existência de fortes organizações nos principais centros industriais, indústrias e empresas é uma condição essencial para que o Partido possa desempenhar a sua missão. Não basta existirem ligações para as empresas, como é o caso mais geral. Tem de considerar-se completamente insatisfatória a situação existente em Julho de 1960, altura em que se verificou que, em determinado sector, em 102 ligações de empresa, existia só 1 secretariado de célula e no total de 200 ligações só 19 secretariados. As ligações individuais existentes para empresas devem ser consideradas apenas como pontos de partida para a formação de células e cada célula deve ser estruturada com o seu secretariado e, quando o número de membros do Partido ou as características da empresa o exijam, com a subdivisão em núcleos.

3—Graves retrocessos em muitas organizações nos campos exigem um sério esforço para reconquistar posições. A radicalização política dos assalariados rurais do Sul abre grandes e imediatas possibilidades ao recrutamento, ao desenvolvimento da organização partidária e à sua estruturação.

Algumas organizações mais fortes de assalariados rurais podem e devem constituir o ponto de partida para a irradiação da organização para outras localidades, devendo ser-lhes colocada essa tarefa como uma das suas principais tarefas. A existência de maiores dificuldades para a organização de proletários rurais e pequenos agricultores de outras regiões não deve levar ao abandono dessa tarefa (como muitas organizações têm sido tentadas a fazer), antes obriga ao estudo atento do problema e à adopção de medidas práticas em cada sector, segundo as condições específicas aí existentes.

4—A organização do Partido entre os pescadores deve ser dada uma especial atenção. As lutas corajosas dos pescadores mostram a sua consciência de classe, a sua disposição de luta e a sua elevada combatividade. O facto de serem espontâneas a maior parte dessas lutas travadas nos últimos anos acentua as condições favoráveis para um trabalho de mobilização e organização dos pescadores: Um sério esforço de atracção deve ser empreendido para aproximar do Partido e trazer ao Partido pescadores de vanguarda que, em várias lutas, tiveram um decisivo papel de direcção e mostraram rara firmeza e capacidade, apesar de que são trabalhadores sem-partido.

5—Para o melhoramento da organização militar do Partido, que acusa graves debilidades apesar do grande descontentamento que lavra nas forças armadas, incluindo a GNR e a PSP, salienta-se a necessidade de todas as organizações do Partido procurarem, junto das forças armadas dos sectores respectivos, desenvolver uma acção de aproximação, atracção, esclarecimento e organização e estabelecerem e darem ligação para os jovens comunistas e progressistas que vão cumprir o serviço militar fora do sector.

6—O recrutamento de mulheres para o Partido, o seu enquadramento em células mistas ou em células femininas (onde tal se torne mais aconselhável), a sua promoção a organismos de direcção regionais, locais ou de empresa, a sua utilização em tarefas técnicas e especiais, deve sofrer um decidido impulso. Em algumas indústrias, onde a maioria ou grande número de trabalhadores são mulheres, assim como nos campos, o recrutamento e organização de mulheres é indispensável para o prosseguimento e ampliação da acção e organização partidárias.

7—O desenvolvimento do movimento juvenil depende fundamentalmente da acção do Partido. Devendo o esforço da juventude encaminhar-se no sentido da luta pelos seus interesses vitais nos locais de trabalho e nas organizações de massas, devendo constituir-se os mais variados organismos e organizações de jovens (legais, semi-legais e ilegais) com vistas à condução dessas lutas, isso não exclui, antes implica, o recrutamento e a organização no

Partido dos jovens que para tal ofereçam condições. Os organismos partidários de jovens devem ter como tarefa fundamental actividades especificamente juvenis, o que não exclui que jovens membros do Partido (quando os interesses do Partido o reclamem) sejam chamados a desempenhar tarefas especificamente partidárias, alheias ao movimento da juventude.

8 — Uma grande tarefa quase esquecida : o trabalho nas organizações de massas

1—Apesar da grande importância da actividade nas organizações de massas, tem nos últimos anos predominado no Partido um quase completo desinteresse por essa actividade. Tal atitude representa, não apenas o menosprezo por essas organizações, mas o menosprezo pelo trabalho de massas do Partido. «Trabalhar onde as massas se encontram», mesmo nas organizações mais conservadoras e reaccionárias, é um dever que os comunistas, têm de cumprir, se quiserem ajudar, esclarecer e dirigir o povo português na luta contra o fascismo.

2—Os Sindicatos Nacionais são as mais importantes organizações de massas da classe operária portuguesa, apesar de estarem enquadrados na orgânica corporativa fascista, que está a fazer um grande esforço para a formação de dirigentes sindicais seus, de serem superiormente controlados e dirigidos pelo governo fascista e de serem por isso, no geral, um instrumento da exploração patronal e na demagogia fascista. A actividade nos Sindicatos Nacionais (à qual se não tem dado nos últimos anos a devida importância) é um dos mais importantes aspectos da luta da classe operária em defesa dos seus interesses fundamentais. As actividades a exercer nos Sindicatos Nacionais são fundamentalmente: por um lado, reclamações e pressões junto das Direcções, idas de comissões, concentrações e assembleias nos Sindicatos, lutas estas associadas às lutas nas empresas; por outro lado, a luta pela realização de eleições honestas nos Sindicatos, a concorrência às eleições, a eleição de listas de trabalhadores honrados que nas Direcções dos Sindicatos defendam os interesses da classe e a luta para que essas Direcções sejam homologadas. A formação de Comissões Sindicais (sempre que possível eleitas pelos trabalhadores) com a missão de diligenciarem regularmente junto do Sindicato e de orientarem regularmente os trabalhadores na luta sindical (incluindo para as eleições) deve intensificar-se, sem prejuízo da actuação das Comissões de Unidade das empresas e classes na mobilização dos trabalhadores para a luta reivindicativa, tanto junto do patronato, como nos Sindicatos.

3—A actividade organizada do Partido em outras organizações de massas (Casas do Povo, Casas dos Pescadores, cooperativas, clubes desportivos e

recreativos, associações culturais, grupos artísticos e folclóricos, organizações juvenis, etc.) é tarefa das organizações do Partido. Nessas organizações podem defender-se os interesses do povo português, nelas se pode conduzir-se uma actividade progressista, nelas se pode contactar com as massas, esclarecê-las e orientá-las. Em todas estas organizações de massas tem muita importância a eleição de Direcções progressistas, embora tal eleição não possa (salvo casos excepcionais) colocar-se como objectivo da organização partidária no início da sua actuação, mas como conclusão duma actuação metódica, paciente e persistente nessas organizações.

9 — Lutas de massas e organismos de unidade, base do desenvolvimento orgânico do Partido

1—As lutas de massas não são só uma tarefa fundamental de todas as organizações do Partido, para defender através delas os interesses do povo e da nação portuguesa, como um campo favorável para a ampliação da influência do Partido, para atracção ao Partido de operários, camponeses e outros portugueses e portuguesas que se destacam, e para o desenvolvimento da organização do Partido. A movimentação de massas deve ser sempre acompanhada por um esforço para formar organismos, estruturar o Partido, descentralizar o controle e a direcção.

2—O desenvolvimento da organização partidária pode e deve ser largamente facilitado pelas formas de organização não-partidária. Os movimentos de massas conduzidos por organismos de unidade permitem que se revelem trabalhadores honrados, firmes, combativos e dedicados à sua classe. Os organismos de unidade oferecem terreno favorável para o recrutamento para o Partido. A cada movimento de massas bem conduzido deve suceder o recrutamento para o Partido e a consolidação orgânica do Partido. A participação em organismos de unidade pode tornar-se para muitos trabalhadores um verdadeiro estágio para a admissão no Partido.

3—É de condenar a tendência para substituir o trabalho dos organismos de unidade, designadamente as Comissões de Unidade e Comissões Sindicais, para direcção das lutas de massas pela iniciativa e trabalho individual dos funcionários do Partido ou mesmo dos dirigentes locais do Partido. Uma tal tendência, não só prejudica e limita a própria movimentação de massas, como impede que se revelem e tenham possibilidades de se destacar trabalhadores de vanguarda e os próprios quadros da base do Partido. O facto verificado em diversos importantes movimentos de massas, onde não houve organismos unitários, de não lhes ter sucedido qualquer recrutamento para o Partido mostra os prejuízos de tal tendência. Se às greves políticas de 1958 não sucedeu um largo recrutamento para

o Partido nem a revelação e promoção de quadros do Partido, isso deve-se, em parte considerável, a não se ter formado um aparelho orgânico de Comités de Greve para dirigir o movimento e de os funcionários do Partido (incluindo alguns do C.C.), bem como responsáveis locais, terem chamado a si a agitação, a mobilização e a direcção, num trabalho predominantemente individual. A criação de organismos de unidade para dirigirem as lutas de massas é um factor indispensável para o correcto desenvolvimento dessas lutas e para o desenvolvimento simultâneo da organização do Partido.

10 — Organizar é defender o Partido.

Defender o Partido é condição para organizar

1 — O governo fascista de Salazar procura, com os grandes recursos do seu aparelho repressivo, atingir o Partido, localizar e prender os seus militantes, destruir as suas organizações. Se o Partido não se defende da repressão fascista, esta destrói em poucos dias o trabalho difícil, o produto de esforços e sacrifícios de muitos meses ou anos. O desenvolvimento da organização do Partido está assim indissolúvelmente ligado a um bom trabalho conspirativo, à capacidade do Partido para se defender da repressão. Inversamente, a defesa da repressão é tanto mais eficiente quanto melhor é o trabalho de organização e, em especial, quanto melhor estruturado está o Partido.

2 — A situação conspirativa que o Partido atravessa é particularmente grave. Dadas as deficiências de organização e do trabalho conspirativo, o Partido, incluindo a Direcção, continua muito vulnerável à acção repressiva do fascismo. Todo o desenvolvimento da organização do Partido (o recrutamento, a formação de organismos, a escolha e promoção de quadros, a vida política e actividade das organizações) exige o cumprimento rigoroso das regras conspirativas e o estabelecimento duma disciplina férrea em matéria conspirativa. O traba-

lho de organização deve ser acompanhado por um esforço educativo e por uma política de quadros no sentido da rectificação das deficiências e do melhoramento radical do trabalho conspirativo.

3 — Deve considerar-se um erro o abandono completo de organizações «queimadas», apenas por se supor que os seus componentes pudessem ter sido ou pudessem ser denunciados. Como consequência de tal orientação (que em alguns sectores foi largamente aplicada) organizações importantes e bons quadros do Partido perderam o contacto com o Partido durante meses e anos inteiros e, em muitos casos, perderam-se até hoje. O abandono dessas organizações e camaradas levaram ao enfraquecimento da acção do Partido, à baixa da sua organização, a perdas de contacto com a classe operária e as massas, à diminuição da confiança no Partido e na sua Direcção, ao desânimo de muitos quadros dedicados. Embora devendo sempre redobrar-se os cuidados nas ligações com organizações e camaradas «queimados», embora tais ligações se devam espaçar ou estabelecer por processos diferentes dos habituais, etc., é dever da Direcção do Partido não abandonar as organizações e quadros precisamente quando eles se encontram em perigo, mais expostos à acção do inimigo, e necessitando por isso de mais ajuda para o seu trabalho, para a sua defesa e para que, com uns quadros ou com outros, prossiga a actividade do Partido.

11 — Construir um grande Partido nacional

Considerarem-se com objectividade a situação da organização e as deficiências do trabalho de organização é o único caminho para se poder dar um impulso decidido à organização e à actividade geral do Partido. A tarefa que se coloca ante todo o Partido é alargar, consolidar, estruturar e defender a organização, para que o Partido, que conta com grande influência, se torne de facto, no domínio da organização, um grande Partido nacional.

RESOLUÇÃO SOBRE A IMPrensa DO PARTIDO

1 — A publicação regular da imprensa do Partido ao longo dos anos, nas condições de repressão da ditadura fascista, constitui um dos mais importantes êxitos do PCP e a afirmação das suas sólidas raízes no seio da classe operária e das massas trabalhadoras em geral, e da sua capacidade de orga-

nização e de luta. Manter na clandestinidade, durante muitos anos seguidos, a publicação regular e impressa de um órgão central, de um boletim central, de vários órgãos regionais e de classe, de numerosos manifestos, brochuras, tarjetas, etc, representa uma grande vitória do Partido que se de-



ve justamente salientar. O facto de, apesar de toda esta actividade, não ter sido apanhada nenhuma tipografia central nos últimos 11 anos representa outra grande vitória contra a repressão fascista, de que o Partido tem motivos para se sentir orgulhoso.

2 — Duma maneira geral, a imprensa clandestina do Partido tem cumprido a sua missão propagandística e de agitação. A sua acção de esclarecimento num país em que toda a imprensa legal está fortemente amordaçada pela Censura, a sua defesa intransigente dos interesses das classes laboriosas e da nação portuguesa, a sua influência mobilizadora das lutas populares contra a exploração e a opressão, contam-se entre os mais importantes factores da resistência nacional contra a ditadura fascista e da influência política do Partido e sua ligação com as massas.

3 — Entretanto, a imprensa do Partido acusa deficiências que muitos militantes do Partido têm salientado nos últimos tempos. Essas deficiências não são fundamentalmente um problema de redacção, mas um problema político, relativo à actividade do CC e da Comissão Política e Secretariado. Durante um longo período, que se tem prolongado demasiado, o CC, a Com. Pol. e o Secretariado, não têm debatido muitos dos problemas essenciais da actividade partidária e não têm traçado claramente uma orientação em relação a eles. As indecisões e contradições na orientação da imprensa, a falta de continuidade dos assuntos tratados e das consignas, reflectem deficiências do trabalho político do CC. O melhoramento da imprensa e a rectificação das deficiências políticas apontadas dependem no fundamental do melhoramento do trabalho político do CC, da sua Comissão Política e Secretariado.

4 — Muitas das deficiências da imprensa do Partido resultam, não apenas de debilidades do trabalho político, como também das debilidades do trabalho de organização e de movimentação de massas. Estas debilidades, que dificultam a continuidade e reduzem a extensão da acção política do Partido, reflectem-se na fraca contribuição das experiências da classe operária e das massas ao trabalho político do Partido, nas poucas informações dadas pelas organizações de base, na desligação frequente entre a actividade diária das organizações e os problemas e consignas colocados na imprensa do Partido, na frequente falta de actualidade da imprensa. O melhoramento da imprensa do Partido depende assim também do desenvolvimento e melhoramento do trabalho de organização do Partido e da sua ligação com as massas.

5 — Debilidades técnicas, de organização técnica e conspirativas agravam as deficiências da imprensa, dependendo portanto também da sua eliminação

o melhoramento desta.

6 — Embora a eliminação das deficiências verificadas dependa do melhoramento geral do trabalho político, organizativo, técnico e conspirativo do Partido, impõem-se algumas medidas imediatas relativas à imprensa que podem contribuir para o seu melhoramento.

Sobre o «Avante!» :

7 — O «Avante!» é o órgão central do Partido e o seu principal jornal de massas. Como tal, o «Avante!» deve, não só levar a voz do Partido junto das massas, como reflectir vivamente os seus problemas essenciais. Apesar da ampla aceitação e simpatia pelo «Avante!», apesar do importante papel que tem representado na actuação do Partido e na luta do povo português, o órgão central do Partido apresenta importantes deficiências: falta de enquadramento político dos artigos, falta de continuidade nos assuntos e nas palavras de ordem, relevo insuficiente dos problemas fundamentais e das principais lutas de massas, má selecção dos casos típicos, perda de oportunidade, desvios de orientação, informação deficiente e algumas vezes inexacta e demasiado subjectiva, comentários que afogam os factos, linguagem rotineira e por vezes pouco acessível, falta de vivacidade, artigos longos, pesados e mal documentados, — são deficiências que prejudicam a função do «Avante!» e enfraquecem a sua influência junto das massas.

8 — Para colocar o «Avante!» à altura das suas responsabilidades e das exigências políticas do momento, impõe-se que, numa linha de continuidade mantida de número para número, a matéria de cada número corresponda às tarefas essenciais do Partido no momento da sua publicação. De acordo com a linha política do Partido, o «Avante!» deve com prontidão responder aos acontecimentos da vida nacional.

9 — Na actual situação é de salientar a necessidade de: a) dar maior relevo político e de classe às lutas e aos problemas das classes trabalhadoras; b) insistir na necessidade e nos problemas da unidade anti-salazarista; c) abordar com mais frequência e objectividade a luta pela paz, a luta anti-colonialista e anti-imperialista nos aspectos mais directamente relacionados com a situação nacional e a política do governo; d) insistir nos aspectos da repressão fascista e dar maior relevo à reclamação duma ampla amnistia; e) inserir com mais regularidade artigos sobre problemas específicos do campesinato, das classes médias, da intelectualidade, da economia nacional, da cultura popular, etc.; g) dar maior relevo e sentido político ao noticiário e conquistas do mundo socialista, assim como aos mais importantes acontecimentos da vida internacional.

10— Um esforço sério deve ser feito para elevar o nível jornalístico do «Avante!», evitando artigos longos e pesados mais próprios duma revista ou boletim interno, tratando os problemas com mais vivacidade, melhorando a secção de pequenas notícias, tomando iniciativas de inquéritos, entrevistas e reportagens, alargando a colaboração (não explicitamente referenciada) de correspondentes de fábricas e aldeias, tornando mais variada e sugestiva a paginação e o aspecto gráfico, publicando mais fotos e gravuras, usando uma linguagem simples, sóbria e incisiva.

11— A saída mensal do «Avante!», agravada com os atrasos da chegada de notícias à Redacção e atrasos da distribuição, faz perder com frequência a actualidade ao órgão central do Partido e prejudica a sua acção de esclarecimento, mobilização e orientação. Embora fazendo depender-se a periodicidade do «Avante!» das condições de organização, do aparelho técnico e da situação conspirativa, deve trabalhar-se com o objectivo da sua saída quinzenal, mesmo com menor número de páginas. Um esforço deve também ser feito pelas organizações do Partido no sentido de fazerem chegar com prontidão ao «Avante!» notícias, colaboração, informações, sugestões e críticas. Sem a colaboração de todo o Partido, dificilmente o «Avante!» poderá corresponder às suas funções e responsabilidades e ter uma real actualidade.

Sobre «O MILITANTE»:

12— Como boletim do CC, «O Militante» tem apresentado, nos últimos anos, as seguintes deficiências fundamentais: a) não incide as suas atenções sobre os problemas mais importantes de momento, não havendo assim coincidência entre a orientação que imprime ao Partido e as tarefas que, por via da organização e da demais imprensa, são colocadas; «O Militante» aparece com uma publicação à margem da vida diária do Partido, sempre actual e sempre desactualizada, o que torna muito reduzido o seu papel na actividade diária do Partido; b) ausência quase total de artigos sobre as experiências de organização, das lutas de massas mais importantes, dos problemas da defesa do Partido e do comportamento perante o inimigo e de outros aspectos essenciais da actividade partidária, c) contradições frequentes, ideias divergentes sobre o mesmo assunto, frequência de «opiniões pessoais», do que resulta que, em muitos dos seus números, «O Militante» não reflecte uma opinião colectiva da Direcção do Partido, mas opiniões individuais de membros do CC e de camaradas funcionários.

13— Estas deficiências são um produto da tendência anarco-liberal quanto ao trabalho de direcção. «O Militante» realizou, na prática e no referente ao trabalho político, certas ideias anarquizantes de «descentralização», de «autonomia», de

«nivelamento», de fobia à autoridade. A secção «Debate de ideias, tribuna de todos os militantes», aparecida em Maio de 1957, não teve seguimento, mas, de certa forma, todo «O Militante» se transformou numa «tribuna livre», num órgão de «debate de ideias», sendo reconhecido de facto a cada camarada o direito de exprimir no «Militante» as suas ideias próprias, mesmo que contrárias à orientação do Partido. Tal orientação prejudicou gravemente o papel de «O Militante» como boletim do CC e órgão de orientação.

14— A assinatura dos artigos, responsabilizando individualmente os seus autores, acentuou esta tendência, além de diminuir o espírito do trabalho colectivo nos organismos superiores do Partido. A ideia de alguns camaradas segundo a qual «se os artigos não forem assinados, menos se escreve» é um índice de sentimentos individualistas que, no actual momento, fortalecem as tendências negativas apontadas e dificultam o papel directivo de «O Militante» como boletim do CC. Ainda que noutras circunstâncias possa ser boa orientação a publicação de artigos assinados, nas condições presentes, é de aconselhar que os artigos sejam publicados sem assinatura, sob a responsabilidade colectiva da Redacção.

15— O facto de estar a redacção de «O Militante» a cargo da Comissão de Imprensa e não da Comissão Política ou do Secretariado, contribuiu também para a diminuição do papel directivo da «Redacção», para a aceitação passiva por esta de opiniões divergentes e contraditórias. Estava estabelecido que, salvo em casos extremos, a Comissão de Imprensa não podia rejeitar artigos de camaradas responsáveis, e era hábito não rejeitar outros artigos mesmo que de orientação duvidosa e sem um nível político e literário aceitável. Assim «O Militante» se tornou, de certa forma, além de uma «tribuna livre», um órgão de exercitação e de estímulo, o que contraria e prejudica a sua qualidade de «boletim do CC» e de órgão de orientação e direcção.

16— A irregularidade da publicação de «O Militante» nos últimos anos não resulta tanto de dificuldades técnicas e conspirativas, como de razões políticas. O facto de a Comissão de Imprensa se queixar constantemente de «falta de original» é uma situação característica que reflecte a escassez do trabalho político regular dos organismos superiores do Partido, e a falta de discussão no CC, Comissão Política e Secretariado de problemas de orientação. Tornar-se «O militante» um verdadeiro órgão de direcção e orientação do CC depende, por um lado, do melhoramento do trabalho político do CC, por outro, da definição do papel de «O Militante», da responsabilidade pela sua redacção, e da colaboração dos membros do CC e de outros camaradas, no espírito de contribuição com novas experiências, de fidelidade à orientação do Partido e de trabalho colectivo.



17 — Cabem no « Militante », tanto artigos sobre problemas políticos e práticos do trabalho corrente do Partido, como artigos teóricos. Os artigos teóricos que interessam ao « Militante » não são porém exposições abstractas e livrescas. A teoria assenta na realidade e as experiências enriquecem a teoria. O PCP pode dar e tem dado uma contribuição à teoria leninista, embora, na maior parte dos casos, se não tenha sabido reduzir a materiais políticos essa contribuição. Os artigos teóricos que mais interessam a « O Militante » são aqueles que se relacionem com a actividade do PCP e as suas tarefas actuais e aqueles que tratem das mais ricas experiências do movimento operário português e da actividade do Partido. No « Militante » cabem ainda artigos de carácter teórico ou abordando experiências do movimento operário internacional, sobretudo quando ajudem à compreensão da situação internacional ou nacional ou constituam uma contribuição ideológica importante.

18 — Nem todos os artigos teóricos são de aconselhar para « O Militante ». Artigos demasiado especializados ou demasiado extensos prejudicariam (salvo casos excepcionais) o papel de « O Militante » como órgão de orientação e direcção. Dado o grande interesse que a publicação de artigos desse tipo teria para a elevação do nível político do trabalho de direcção e para o desenvolvimento político dos quadros, seria de desejar a publicação de uma revista teórica, uma vez que estivessem preenchidas as condições políticas de organização e técnicas necessárias. Até lá, desde que existam originais nessas condições, deve considerar-se a sua publicação em folheto.

19 — A preocupação de fazer « O Militante » com grande número de páginas prejudicou a regularidade da sua publicação e até o seu nível político. A fim de tornar « O Militante » um órgão de orientação e direcção, a sua publicação deve tornar-se quanto possível mensal, embora com menor e variável número de páginas.

Sobre « O CAMPONÊS » :

20 — Criado em 1946 e destinado aos assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo, « O Camponês » teve um entusiástico acolhimento e tornou-se um elemento de primacial importância para o esclarecimento, a defesa dos interesses, a mobilização, a unidade e a organização dos proletários rurais do sul do país.

21 — Entretanto, de há muito tem sido orientação do Partido transformar « O Camponês » num órgão de todo o campesinato português. A mudança do subtítulo (de « órgão de unidade dos camponeses do sul » para « órgão dos camponeses de Portugal ») a partir de 1953, oficializou essa orientação no próprio jornal e, posteriormente, vários esforços têm sido despendidos para que « O Camponês » trate

também dos problemas dos outros sectores do campesinato e das outras regiões do país. Esses esforços têm dado lugar a artigos dispersos, mas não têm conseguido imprimir ao jornal a nova feição pretendida. A diferenciação do regime de propriedade a norte e a sul do Tejo, com o predomínio da grande e muito grande exploração agrícola na parte sul do país e a concentração aí de cerca de 350 mil assalariados rurais, representando quase 80% da população activa na agricultura da mesma região, justifica a existência de um jornal destinado ao proletariado rural alentejano e ribatejano. O acolhimento que « O Camponês » encontrou desde a sua criação entre os assalariados, a sua influência determinante nas lutas insistentes e tantas vezes heróicas desses proletários e na sua radicalização política, reforçam a ideia na necessidade e vantagem que « O Camponês » continue sendo fundamentalmente o órgão dos assalariados rurais do sul de Portugal.

22 — Apesar de que « O Camponês » tem cumprido, no fundamental, a sua missão, ele acusa sérias deficiências, a principal das quais é a reduzida ligação com os múltiplos e variados problemas vivos dos assalariados agrícolas. Os interesses dos proletários rurais têm sido com frequência considerados numa forma acanhada, pouco excedendo os referentes a salários e desemprego (e mesmo esses colocados frequentemente com esquematismo, desligados dos problemas do latifúndio, do desenvolvimento do capitalismo, da mecanização). Embora estes sejam problemas cruciais, torna-se necessário abordar com mais frequência outros problemas, como a Reforma Agrária, habitação, Casas do Povo, etc.

23 — É de aconselhar que « O Camponês » trate também dos problemas dos pequenos produtores das mesmas regiões, cuja proletarianização se acentua, e mesmo de outras camadas do campesinato do país, mas sem nunca esquecer ou prejudicar a sua principal missão e os interesses da classe de que é porta-voz.

24 — A necessidade de uma linguagem simples e acessível aos camponeses não significa que se caia num certo « popularismo », como se tem verificado por vezes em « O Camponês ». São de desejar a intensificação da correspondência dos leitores e a realização de inquéritos, entrevistas e reportagens sobre os problemas mais palpantes dos proletários rurais do sul.

25 — Fazem falta publicações que se destinem ao campesinato das restantes regiões do país, onde os problemas dos assalariados e pequenos (e até médios) agricultores necessitam de um tratamento adequado, dadas as grandes diferenças regionais no referente ao regime da propriedade e às condições de exploração. Em épocas diversas, procurou o Partido criar com esse fim órgãos de imprensa, « A Terra » primeiro, « O Camponês das Beiras », de-

pois. De cada um destes jornais saíram apenas dois números e as iniciativas não tiveram seguimento, não porque não existam problemas que justifiquem a sua publicação, mas devido a debilidades da organização partidária. Um jornal que chega àqueles a quem se destina quase exclusivamente através da distribuição indirecta não tem condições, nem para responder politicamente à situação existente, nem para orientar a acção dos camponeses, nem para se expandir e se firmar numa base organizada. São estas dificuldades de manter um jornal ou jornais desse tipo, que se têm pretendido torner através do alargamento do âmbito de «O Camponês». No momento presente, uma forma de, no domínio da agitação, tocar o camponado de outras regiões que «O Camponês» não abranje poderá ser a edição frequente pelos vários sectores de manifestos ou pequenas folhas volantes abordando problemas específicos de grande actualidade. Essas folhas volantes, embora sem exigências de regularidade, poderiam ter, em cada sector partidário, um nome comum e uma numeração, a fim de darem continuidade à sua acção e abrirem eventualmente caminho para a sua transformação em jornais regionais de camponeses.

Sobre «TÊXTIL» e «O CORTICEIRO»:

26—Estes jornais têm tido um papel de relevo no esclarecimento, mobilização e unidade das respectivas classes. Verifica-se entretanto que estes dois jornais, mais acentuadamente «O Corticeiro» pelo seu conteúdo não se encontram suficientemente ligados à vida e aos problemas diários dos trabalhadores a quem se dirigem e às empresas respectivas. Têm já aparecido «demasiado políticos» não tratando com suficiente desenvolvimento os problemas da classe. Os problemas da classe devem ser tratados mais desenvolvidamente. Nos últimos tempos nota-se melhoria de «O Têxtil» devendo realizar-se um esforço para que tal melhoria se acentue.

27—O objectivo fundamental destes jornais deve ser esclarecer os trabalhadores e orientar e intensificar as lutas de massas e a organização. A moderação da linguagem, o emprego de uma linguagem simples, acessível e maleável, evitando os «chavões» vulgares na imprensa do Partido, podem facilitar a expansão e a acção dos jornais pelos trabalhadores sem-partido, sendo entretanto utópico pensar que podem ser «jornais semi-legais» no que respeita à circulação.

28—A forma de distribuição deve ser principalmente DIRECTA, o que não impede que onde tal de todo se torne impossível por deficiência de ligações, se faça também com estes jornais trabalho de agitação indirecta. Só a distribuição directa garante uma ligação estreita do jornal com a clas-

se, garante uma boa informação da classe ao jornal e uma boa orientação por parte do jornal, possibilita o desenvolvimento da organização e é susceptível de assegurar a solução do problema financeiro do jornal. A distribuição directa é presentemente insatisfatória, reflectindo um fraco trabalho de organização. Impõe-se um esforço no sentido de aumentar tal distribuição.

Sobre outras publicações do Partido

29—A edição de manifestos, tarjetas e outras publicações de agitação é de grande importância para mobilizar as massas e orientar as suas lutas. Certos acontecimentos locais poderiam suscitar acções populares, se as organizações respectivas acessem pronta e oportunamente com um manifesto ou pequenas tarjetas, esclarecendo e dando consignas apropriadas. Dentro do princípio de que a agitação se não deve sobrepor ao trabalho de organização do partido, muito pode e deve ser realizado no domínio da agitação pelas organizações regionais e locais.

30—A edição de publicações periódicas pelos sectores só em casos muito especiais deve encetar-se e sempre com a aprovação da Direcção do Partido. Não é de criar um jornal clandestino para intelectuais. Os problemas específicos interessando os intelectuais podem ainda, em larga medida, ser tratados na imprensa legal, requerendo-se sobretudo para o efeito, maleabilidade, capacidade política e nível literário.

31—Na medida em que se desenvolva a organização do Partido noutros sectores, pode vir a encetar-se a publicação de novos jornais de classe. Salvo casos muito especiais não é porém de estimular a criação de jornais de classe em fases iniciais do trabalho de organização, nem quando se visa com eles substituir o trabalho de organização pela agitação indirecta.

Sobre responsabilidade política e Redacção:

32—A redacção dos dois mais importantes órgãos da imprensa partidária—o «Avante!», órgão central do Partido, e «O Militante», boletim do CC—têm estado a cargo da Comissão de Imprensa. Dada a ausência (durante muito tempo verificada) de debates políticos na Direcção central do Partido e dada também a diluição dos princípios do centralismo democrático na organização do trabalho de Direcção, a Comissão de Imprensa passou a ter uma actividade política orientadora transcendendo as suas funções e com insistência definiu, não apenas a orientação da imprensa do Partido, mas a orientação política do Partido, mesmo em complexas situações. Pode dizer-se que, durante largo período, a direcção política do Partido pertenceu de facto, não ao CC, nem à Comissão Política ou ao Secretariado,



mas à Comissão de Imprensa. Esta situação, que não pode deixar de considerar-se completamente anormal, deve ser liquidada com urgência.

33 — A direcção política dos órgãos de imprensa do Partido deve ficar à responsabilidade da Comissão Política e do Secretariado do CC. A cargo da Comissão de Imprensa deve ficar a responsabilidade da redacção do «Avante!», pelo que a actual Comissão de Imprensa se deve considerar de futuro uma Comissão Redactorial do «Avante». A responsabilidade da redacção de «O Militante» deve ficar a cargo do Secretariado do CC. A imprensa regional ou de classe deve ficar a cargo dos organismos de direcção dos sectores respectivos. A fim de assegurar a direcção política da imprensa, a Comissão Política e o Secretariado, na medida do possível, devem, depois das suas reuniões, enviar aos responsáveis das Redacções indicações acerca dos pontos fundamentais a abordar à escala nacional ou em qualquer sector.

34 — A responsabilidade pela Redacção não significa que a redacção caiba exclusivamente aos responsáveis dos órgãos de imprensa. A colaboração dos membros do CC e de outros membros do Partido no «Avante!» e no «Militante» e a colaboração das organizações de base nos órgãos regionais e de classe, assim como o envio regular de sugestões e críticas, são uma condição para o seu melhoramento. O melhoramento da imprensa, embora da responsabilidade directa dos organismos superiores do Partido e dos responsáveis da Redacção, é uma tarefa de todo o Partido.

Sobre difusão e problemas técnicos e financeiros :

35 — O problema da produção e da difusão da imprensa do Partido envolve aspectos técnicos e financeiros que se impõe serem resolvidos. Há toda uma série de questões que se interligam: baixas tiragens, longos prazos de publicação, difusão morosa e em más condições conspirativas, insuficientes meios técnicos de produção, falta de pagamento da imprensa, etc.

36 — As tiragens da imprensa, em especial do «Avante!», estão longe de corresponder às exigências de alargamento da influência do Partido e à situação política nacional. Entretanto, a actual tiragem do «Avante!» (embora atinja apenas cerca de um terço das máximas tiragens regulares alcançadas na clandestinidade) é superior à capacidade de absorção das organizações e verificam-se acumulações de materiais em todos os escalões. As actuais tiragens, embora baixas, dão assim ainda uma ideia falseada da verdadeira expansão da imprensa do Partido. Este problema deve ser atentamente considerado pelas organizações através duma avaliação justa da capacidade de difusão da imprensa e duma vigilância mais aguda sobre a

forma como se realiza.

37 — A difusão da imprensa exige a montagem de um aparelho de distribuição seguro e rápido. Este aspecto tem sido subestimado pela Direcção do Partido e pelas organizações e está ligado à subestimação e ao recuo do trabalho de organização em todo o Partido. A montagem de um aparelho de distribuição seguro e rápido é uma tarefa urgente de todas as organizações do Partido.

38 — O aumento das tiragens e da difusão da imprensa do Partido dependem no fundamental do desenvolvimento da organização do Partido e do reforço do trabalho técnico e conspirativo. Mas depende também, em muitos casos, da maior iniciativa das organizações de base e do desaparecimento do seu trabalho fechado e sectário.

39 — Os meios actuais de produção da imprensa do Partido não permitem a produção rápida e em número elevado dos materiais do Partido. A Direcção do Partido, designadamente o Secretariado, devem providenciar para que esta situação seja modificada. É de manter a utilização predominante de tipo 8, podendo entretanto utilizar-se com moderação o tipo 6.

40 — Duma maneira geral, verifica-se um grande desinteresse pelo pagamento da imprensa por parte das organizações do Partido. Criou-se uma situação em que a maior parte dos militantes e simpatizantes do Partido não se julgam na obrigação de pagar ou de cobrar as importâncias da imprensa que lhes é confiada, o que motiva a existência de enormes déficits no pagamento da imprensa. Impõe-se maior controle neste capítulo e um trabalho político que dê a compreender às organizações, militantes e amigos do Partido a necessidade de satisfazerem a importância da imprensa. A difusão do «Avante!» e doutros materiais publicados pelo Partido deve ser acompanhada pela criação de «Grupos de Amigos do Partido», de maneira a alargar-se a ajuda financeira ao Partido.

41 — A solução de todos estes problemas é muito importante para o melhoramento geral da nossa imprensa e para que ela cumpra a sua função na luta popular contra o fascismo.

Outubro de 1960.

RECTIFICAÇÃO

No artigo Duas Grandes Tarefas de Momento: Organizar e Defender o Partido, publicado no «Militante» n.º 107, há um erro tipográfico.

Na página 2, primeira coluna, linha 9, onde se lê: «...organização e o completo menosprezo...» deve ler: «...organização do Partido nunca foram tão favoráveis. As concepções atrás aludidas e o completo menosprezo...»